



T1252001N

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (MPRS)
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 060/2025-SUBADM

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ARQUITETURA

NOME

INSCRIÇÃO

Nível
SUPERIOR

Turno
TARDE

PROVA

01

Na Folha de Respostas, no local indicado, lembre-se de preencher o Número da Prova!

Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.

Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, você estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, entretanto **NÃO** poderá se retirar da sala com qualquer tipo de anotação e/ou com o Caderno de Questões, o qual poderá ser levado somente ao término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC**P, no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

***O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**



instituto aocp



Informática

1

Durante a análise de uma planilha com centenas de células interdependentes, um servidor do MPRS precisa acompanhar, em tempo real, a variação dos valores em determinadas células-chave, sem a necessidade de rolar constantemente a planilha. Para isso, ele decide utilizar a funcionalidade “Janela de Inspeção”, disponível no Microsoft Excel 365 (em português), dentro da guia “Fórmulas”.

Considerando esse contexto, é correto afirmar que esse servidor deve buscar essa funcionalidade no grupo da guia “Fórmulas” denominado

- (A) Parágrafo.
- (B) Auditoria de Fórmulas.
- (C) Cálculo.
- (D) Nomes Definidos.
- (E) Biblioteca de Funções.

2

Sabe-se que, no sistema operacional Microsoft Windows 11 (em português), o Painel de Controle apresenta diversas categorias que reúnem configurações essenciais para o funcionamento básico e a personalização do sistema.

Nesse sentido, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma categoria exibida no painel principal do Painel de Controle do Windows 11.

- (A) Prompt de Comando.
- (B) Sistema e Segurança.
- (C) Rede e Internet.
- (D) Hardware e Sons.
- (E) Facilidade de Acesso.

3

Os dispositivos de entrada e saída são essenciais para a comunicação entre o usuário e o computador. Eles permitem a entrada de dados no sistema (entrada), a apresentação de resultados (saída) ou ambos (entrada/saída). Com base no exposto, a respeito de dispositivos de entrada e saída, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O mouse é um dispositivo de entrada que permite movimentar o cursor e interagir com os elementos da interface gráfica.
- () O teclado é um dispositivo de saída usado para digitar textos, números e comandos.
- () A impressora é um dispositivo de entrada que digitaliza documentos e imagens físicas, convertendo-os em arquivos digitais.

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – V.

4

Softwares utilitários são programas auxiliares que otimizam, protegem ou ampliam a funcionalidade do sistema operacional, sendo classificados de acordo com a função que desempenham. Assinale a alternativa que apresenta dois softwares que são exemplos de visualizadores de imagens.

- (A) WinRAR e McAfee.
- (B) Nomacs e Bitdefender.
- (C) Avast e Adobe Bridge.
- (D) IrfanView e ESET NOD32.
- (E) XnView e ACDSee.

5

Durante o uso cotidiano do navegador Google Chrome (em português) em um computador com Windows 11, um usuário percebeu que o navegador estava lento devido ao alto consumo de memória. Para identificar quais abas ou extensões estavam causando esse problema, ele precisou abrir uma ferramenta interna do Chrome que mostra o uso de recursos por processo. Considerando esse contexto, qual atalho de teclado o usuário utilizou?

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

- (A) Ctrl + J
- (B) Ctrl + H
- (C) Shift + Esc
- (D) Ctrl + Shift + O
- (E) Ctrl + Shift + B

6

A criptografia é um conceito fundamental da Segurança da Informação, utilizado para proteger dados contra acessos não autorizados, garantindo a confidencialidade das informações transmitidas ou armazenadas. Um dos tipos de criptografia é a simétrica. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta a forma correta de funcionamento da criptografia simétrica.

- (A) Funciona com quatro chaves únicas, cada uma utilizada em etapas diferentes da comunicação.
- (B) Envolve três chaves: uma pública, uma privada e uma de sessão.
- (C) Cada usuário possui uma chave própria para criptografar mensagens e outra para descriptografar.
- (D) Utiliza a mesma chave para criptografar (codificar) e descriptografar (decodificar) os dados.
- (E) Utiliza duas chaves diferentes, uma para criptografar e outra para descriptografar os dados.

7

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, capítulo II, Do tratamento de dados pessoais, Seção IV, Do Término do Tratamento de Dados, especificamente Art. 15, o término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses, EXCETO

- (A) falha técnica no sistema de armazenamento dos dados pessoais.
- (B) determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto na referida lei.
- (C) comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento, conforme disposto no § 5º do Art. 8º da referida lei, resguardado o interesse público.
- (D) fim do período de tratamento.
- (E) verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada.

Noções de Direito e Legislação

8

De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/1993), é órgão auxiliar do Ministério Público

- (A) o gabinete do Subprocurador-Geral.
- (B) a Central de Licitações.
- (C) as associações de membros.
- (D) a Corregedoria-Geral de Justiça.
- (E) os estagiários.

9

De acordo com a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 7.669/1982), é atribuição do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul

- (A) decidir sobre a abertura de concurso para o provimento de cargos iniciais da carreira, sempre que o número de vagas existentes no quadro e as necessidades do serviço o recomendarem, independentemente da conclusão de concurso em andamento.
- (B) organizar, em forma de cadastro, as reclamações de Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça a respeito de quaisquer órgãos administrativos que tenham relação, de algum modo, com os serviços do Ministério Público.
- (C) expedir instruções, nos limites de suas atribuições, visando à regularidade e ao aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público.
- (D) convocar e realizar reuniões com os Procuradores de Justiça e com os Promotores de Justiça para o debate de problemas ligados à sua atuação funcional.
- (E) promover o levantamento das necessidades de pessoal ou material, nos serviços afetos ao Ministério Público, encaminhando-o ao Procurador-Geral, para as providências que julgar convenientes.

10

Jairo foi membro de grau intermediário do MPRS por quase dez anos, quando foi aposentado compulsoriamente por fundamento disciplinar. Após alguns anos, Jairo obteve provimento judicial que anulou sua pena disciplinar e, agora, pretende retornar ao Ministério Público, aos 43 anos de idade, sem se submeter a novo concurso de provas e títulos. De acordo com o Estatuto do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 6.536/1973), tal ocasião seria possível por meio do(a)

- (A) reintegração.
- (B) remoção.
- (C) readmissão.
- (D) reversão.
- (E) reaproveitamento.

11

Lutero é servidor público de autarquia federal e, após ser aprovado em concurso de provas e títulos, foi empossado como analista do MPRS. De acordo com o Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994), computar-se-á integralmente, para efeito de aposentadoria e disponibilidade,

- (A) o tempo em que o servidor já esteve aposentado, quando se tratar de readmissão.
- (B) o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, contemporâneo ao ingresso no serviço público estadual.
- (C) o tempo de serviço prestado pelo servidor em função ou cargo público federal, estadual ou municipal.
- (D) o tempo de serviço prestado em atividade privada, vinculada à previdência privada, observada a compensação financeira entre os diversos sistemas previdenciários.
- (E) o tempo de serviço ativo nas brigadas militares e auxiliares prestado durante as missões, computando-se em dobro o tempo em operação de garantia de lei e ordem, na forma legal.

12

Acerca das normas sobre integridade pessoal e funcional, de acordo com o Código de Ética do Ministério Público Brasileiro (Resolução nº 261/2023 – CNMP), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A integridade de conduta do membro do Ministério Público, inclusive fora do âmbito da atividade funcional, contribui para fundada confiança dos cidadãos na Instituição.
- (B) O membro do Ministério Público adotará as medidas necessárias à demonstração da legitimidade de seu patrimônio quando for formal e judicialmente intimado para tanto.
- (C) O membro do Ministério Público portar-se-á, na vida privada, de modo a dignificar a função, consciente de que o exercício da atividade ministerial impõe restrições e exigências pessoais distintas.
- (D) O membro do Ministério Público não usará para fins privados, sem autorização, os bens públicos ou os meios disponibilizados para o exercício de suas funções.
- (E) O membro do Ministério Público observará a vedação ao exercício de atividade político-partidária, ressalvadas as hipóteses previstas no ordenamento jurídico.

13

Manuel é servidor público estadual e tem diretamente patrocinado interesse privado de seu amigo empresário perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público. De acordo com o Código Penal, Manuel está cometendo o crime de

- (A) concussão.
- (B) facilitação ao peculato.
- (C) corrupção passiva.
- (D) prevaricação.
- (E) advocacia administrativa.

14

De acordo com a Resolução CNMP 276/2023 (Dispõe sobre a Política Nacional do Ministério Público Digital), a Base de Dados Processuais do Ministério Público poderá ser empregada para:

- I. obtenção de subsídios para a tomada de decisão do Ministério Público a partir de informações gerais acerca dos feitos não sigilosos;
- II. consulta, pelos ramos e unidades do Ministério Público, de dados cadastrados nos feitos não sigilosos;
- III. elaboração de relatórios e estudos estatísticos;
- IV. compartilhamento das bases de dados obtidas mediante requisição, desde que empregadas em atividades finalísticas e observados parâmetros de rastreabilidade.

Estão corretas:

- (A) apenas I, II e III.
- (B) apenas I, II e IV.
- (C) apenas III e IV.
- (D) apenas I e III.
- (E) apenas II, III e IV.

Língua Portuguesa

Leia o texto a seguir para responder às questões de 15 a 22.

Texto 1

Obesidade infantil: um prato cheio de desigualdades

Não bastasse contexto socioeconômico que dificulta a alimentação saudável e a atividade física, indústria se aproveita da vulnerabilidade das crianças

Clóvis Francisco Constantino

A cada ano, o Brasil se distancia do ideal de uma infância saudável. Os dados falam por si: uma em cada três crianças e adolescentes com idade entre 5 e 19 anos estão com sobrepeso ou obesidade. A Federação Mundial da Obesidade projeta que, em uma década, metade dessa população estará nessa condição. E o problema começa cedo: antes mesmo dos cinco anos de idade, 15% das crianças já convivem com a obesidade, de acordo com o Ministério da Saúde. A pandemia de Covid-19 agravou esse cenário, mas a tendência é anterior – e persistente.

O problema não se resume à soma de más escolhas. A obesidade é uma doença crônica multifatorial, acentuada pela interação entre fatores genéticos, ambientais e sociais. Nas grandes cidades, famílias de menor renda enfrentam um grande desafio: alimentos ultraprocessados são mais baratos e acessíveis do que os frescos; e bairros periféricos muitas vezes não oferecem segurança, áreas verdes ou estrutura para atividades físicas.

Não bastasse o contexto urbano obesogênico, a indústria alimentícia se aproveita da vulnerabilidade da infância. Com embalagens coloridas, personagens e brindes, o marketing de alimentos ultraprocessados mira as crianças. É urgente rever essas práticas de publicidade e a composição dos produtos oferecidos à população em geral.

Nesse panorama, o governo tem papel central. Políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os Guias Alimentares, a rotulagem nutricional frontal e outras estratégias pontuais são iniciativas relevantes, mas precisam de mais investimento, fiscalização e articulação. Os alimentos oferecidos nas escolas, por exemplo, devem ser adequados, e as famílias precisam ter informação clara.

Os pediatras têm a responsabilidade de acolher, orientar e acompanhar crianças e adolescentes com excesso de peso sem estigma. A boa consulta pediátrica sempre inclui a avaliação do tempo de tela, a promoção da atividade física e a escuta ativa sobre aspectos emocionais. Obesidade está associada a depressão, ansiedade, bullying e baixa autoestima. A abordagem clínica, portanto, precisa ser integral, respeitando a cultura familiar e a realidade socioeconômica.

As escolas também são aliadas. Aulas de educação alimentar, hortas escolares, ambientes que favoreçam o movimento e o jogo livre devem fazer parte do cotidiano educacional. Mais do que proibir alimentos pouco saudáveis, é preciso ensinar que comer bem pode ser simples, prazeroso e transformador. Afinal, educação é saúde.

Quanto aos pais e responsáveis, estes possuem um papel intransferível. Não se trata de atribuir culpa, mas de reconhecer a importância na formação de hábitos. Refeições feitas em conjunto, limitação no tempo de telas, incentivo à brincadeira e atenção às questões emocionais são atitudes que, mesmo com poucos recursos, podem fazer a diferença. Quando bem informadas e apoiadas, as famílias tornam-se protagonistas da mudança.

Combater a obesidade infantil é mais do que conter uma estatística: é enfrentar as desigualdades que pesam no prato das crianças brasileiras.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2025/06/obesidade-infantil-um-prato-cheio-de-desigualdades.shtml>. Acesso em 30 jun. 2025.

15

Assinale a alternativa que analisa corretamente as palavras presentes no Texto 1 .

- (A) Em “ultraprocessados”, o prefixo “ultra” veicula o sentido de “excesso”, como o prefixo “auto” em “autoestima”.
- (B) O vocábulo “bioética” é escrito sem hífen porque se trata de uma composição a partir das palavras “biologia” e “ética”.
- (C) Em “sobrepeso”, a grafia sem hífen é opcional, visto que se trata de uma composição com as palavras “sobre” e “peso”.
- (D) O vocábulo “multifatorial” não poderia ser formado com “pluri” (plurifatorial) ou “poli” (polifatorial) mantendo-se o sentido de “muitos fatores”.
- (E) No subtítulo do texto, a palavra “socioeconômico” pode ser substituída pela expressão “social e econômico” sem que isso altere o sentido original do excerto.

16

Assinale a alternativa em que a reescrita fornecida entre parênteses está correta quanto ao uso ou não de acento indicativo de crase.

- (A) “Obesidade está associada a depressão, ansiedade, bullying e baixa autoestima.” (Obesidade está associada à depressão, à ansiedade, à bullying e à baixa autoestima).
- (B) “Obesidade está associada a depressão, ansiedade, bullying e baixa autoestima.” (Obesidade está associada à depressões, ansiedades, bullying e baixa autoestima).
- (C) “Obesidade está associada a depressão, ansiedade, bullying e baixa autoestima.” (Obesidade está associada à desenvolver depressão, ansiedade, à sofrer bullying e à ter baixa autoestima).
- (D) “[...] incentivo à brincadeira e atenção às questões emocionais são atitudes que [...]” ([...] incentivo a brincadeiras e atenção a questões emocionais são atitudes que [...]).
- (E) “[...] incentivo à brincadeira e atenção às questões emocionais são atitudes que [...]” ([...] incentivo às brincadeiras e atenção à questões emocionais são atitudes que [...]).

17

Em relação ao uso das locuções verbais no Texto 1, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] ambientes que favoreçam o movimento e o jogo livre devem fazer parte do cotidiano educacional.”, o verbo auxiliar “devem” modaliza o discurso imprimindo um sentido de possibilidade.
- (B) Em “[...] é preciso ensinar que comer bem pode ser simples, prazeroso e transformador.”, a expressão “é preciso ensinar” é uma locução verbal com sentido de necessidade.
- (C) Em “É urgente rever essas práticas de publicidade”, a expressão “é urgente rever” é uma locução verbal com sentido de avaliação negativa.
- (D) Em “Os alimentos oferecidos nas escolas, por exemplo, devem ser adequados [...]”, o verbo auxiliar “devem” pode ser substituído pelo verbo “precisam” sem que isso altere o sentido original do excerto.
- (E) Em “Refeições feitas em conjunto [...] são atitudes que [...] podem fazer a diferença.”, a expressão “podem fazer” é uma locução verbal que pode ser substituída por “fazem” sem que isso altere o sentido original do excerto.

18

A respeito dos elementos de coesão empregados no Texto 1, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Quanto aos pais e responsáveis, estes possuem um papel intransferível.”, o termo destacado poderia ser substituído por “aqueles” sem que isso modificasse o sentido original do excerto.
- (B) Em “Nesse panorama, o governo tem papel central.”, a expressão destacada retoma “contexto urbano obesogênico”, presente no terceiro parágrafo do texto.
- (C) Em “[...] em uma década, metade dessa população estará nessa condição.” (primeiro parágrafo), a expressão destacada se refere à população total brasileira.
- (D) Em “[...] em uma década, metade dessa população estará nessa condição.” (primeiro parágrafo), a expressão destacada se refere ao termo “saudável”.
- (E) Em “É urgente rever essas práticas de publicidade [...]” (terceiro parágrafo), a expressão destacada se refere ao uso de “embalagens coloridas, personagens e brindes” na propaganda de alimentos ultraprocessados.

19

Assinale a alternativa que analisa corretamente o excerto “Combater a obesidade infantil é mais do que conter uma estatística: é enfrentar as desigualdades que pesam no prato das crianças brasileiras.”.

- (A) A figura de linguagem “hipérbole” é utilizada para expressar que as desigualdades “pesam” no prato das crianças.
- (B) Em “mais do que”, o elemento destacado é uma conjunção integrante que introduz uma oração que funciona de complemento para o verbo “é”.
- (C) Em “que pesam”, o elemento destacado é um pronome relativo que retoma a palavra “desigualdades”.
- (D) É possível pressupor que combater a obesidade infantil não é conter uma estatística.
- (E) O uso de dois pontos é obrigatório no excerto, pois introduz uma citação direta.

20

Assinale a alternativa que analisa corretamente o excerto a seguir em relação ao emprego das vírgulas: “Os alimentos oferecidos nas escolas, por exemplo, devem ser adequados, e as famílias precisam ter informação clara.”.

- (A) A vírgula antes de “e as famílias” se justifica porque a oração apresenta sujeito diferente do sujeito da oração anterior.
- (B) A vírgula antes de “e as famílias” é opcional, pois se trata de uma oração subordinada posposta à oração principal.
- (C) As vírgulas que isolam “por exemplo” são opcionais, pois se trata de um adjunto adverbial de curta extensão (até três palavras).
- (D) As vírgulas que isolam “por exemplo” são obrigatórias, pois se trata um aposto que especifica “os alimentos oferecidos nas escolas”.
- (E) As vírgulas que isolam “por exemplo” podem ser trocadas por dois sinais de ponto e vírgula (;) sem que isso comprometa a estrutura sintática do excerto.

21

Assinale a alternativa que analisa corretamente o excerto em relação à função do elemento em destaque.

- (A) “A pandemia de Covid-19 agravou esse cenário, mas a tendência é anterior – e persistente.” (Sinaliza entre as orações uma relação de adição).
- (B) “A abordagem clínica, portanto, precisa ser integral [...]” (Funciona como um conectivo textual de conclusão).
- (C) “Não se trata de atribuir culpa, mas de reconhecer a importância na formação de hábitos.” (Sinaliza entre as orações uma relação de concessão).
- (D) “Os pediatras têm a responsabilidade de acolher, orientar e acompanhar crianças [...]” (Funciona como um conectivo textual de consequência).
- (E) “Afinal, educação é saúde.” (Trata-se de uma conjunção conclusiva com a função de introduzir um resumo das informações anteriores).

22

A partir da leitura do Texto 1, é correto afirmar que

- (A) aproximadamente um terço das crianças e adolescentes brasileiros estão obesos.
- (B) o autor defende que a alimentação saudável e a prática de atividades físicas dependem da escolha individual das crianças.
- (C) o autor discorre sobre o papel de vários agentes diferentes no combate à obesidade infantil.
- (D) o autor afirma que “educação é saúde” porque a saúde é vista por ele não apenas como saúde física, mas também como saúde intelectual.
- (E) a obesidade infantil é, principalmente, culpa dos pais e responsáveis, que não incentivam a formação de hábitos saudáveis.

23

Em relação ao gênero textual “ofício”, assinale a alternativa correta.

- (A) O cabeçalho é usado em todas as páginas do documento.
- (B) No endereçamento, basta constar o vocativo e o nome do destinatário do expediente.
- (C) O assunto deve apresentar o tema do documento de maneira específica e bastante detalhada.
- (D) No fecho, deve-se empregar “Respeitosamente,” ou “Atenciosamente,” a depender da hierarquia entre remetente e destinatário.
- (E) Não é necessário numerar as páginas do ofício.

24

Na escrita da redação oficial, para que se faça valer os atributos da clareza e da precisão, NÃO se sugere

- (A) utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum.
- (B) explicitar o significado da sigla na primeira referência a ela.
- (C) utilizar frases longas e com estrutura complexa.
- (D) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto.
- (E) evitar o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 25 a 30.

Texto 2

Como garantir a dose necessária de vitamina D – sem suplementos

A carência dessa molécula é um problema global. Mas o excesso também traz riscos. Entenda como fazer o balanço ideal.

Manuela Mourão

De todas as vitaminas que fazem o nosso corpo funcionar, uma das mais conhecidas é a D. A “vitamina do sol” ajuda a manter os ossos fortes, auxilia os músculos e o sistema imunológico.

Não só: essa molécula desempenha papéis importantes pelo corpo, como nas vias neurológicas e nas cascatas de sinalização relacionadas à saúde mental. [...]

Muitas pessoas acabam optando pela suplementação para resolver a carência de vitamina D. Sem orientação médica, porém, isso pode ser um problema, já que níveis acima de 100 ng/mL podem indicar risco de toxicidade (esses dados podem ser obtidos por exames de sangue simples).

Afinal, qual a melhor saída para garantir que os níveis ideais estejam sendo absorvidos pelo corpo?

A maneira mais fácil é a mais conhecida: pelo sol. Dois tipos de raios ultravioleta chegam até a nossa pele: o UVA, que bronzeia e envelhece, e o UVB, que queima e fabrica vitamina D. Os dois, porém, podem causar câncer de pele. Para quem tem pele clara, bastam de 10 a 20 minutinhos de sol, três vezes por semana, para garantir a dose de vitamina D. Já peles mais escuras precisam de um tempinho maior: até cinco vezes mais.

Mas não é tão simples: tudo depende da hora do dia, da estação e até de onde você está no planeta. O ideal é pegar sol entre 10h e 15h, quando os raios UVB estão em ação. De manhã cedo, no fim da tarde ou no inverno, esses raios passam por um caminho mais longo e são bloqueados pelo ozônio.

E não adianta tentar se bronzear pela janela: vidro, nuvem e poluição também barram a vitamina D. A boa notícia? Protetor solar, ao contrário do que se pensava, não atrapalha tanto assim a produção desse nutriente, segundo estudos mais recentes.

Porém, mesmo nesse país tropical, às vezes falta sol. Esse problema é recorrente em países do hemisfério norte, que lidam com invernos intensos e até meses sem a luz do astro. Nestes locais, a quantidade de vitamina D costuma ser garantida via alimentação.

Os campeões naturais da vitamina D são os peixes gordurosos – tipo truta, atum, salmão e cavala – além dos óleos de fígado de peixe e cogumelos expostos à luz UV. Dá pra encontrar um pouco também em gema de ovo, queijo e fígado bovino. [...]

No entanto, tudo tem um limite: muita vitamina D pode causar náusea, fraqueza muscular, confusão, vômitos, desidratação e, em casos mais graves, podem levar a problemas nos rins e no coração.

Por fim, a recomendação não muda: incluir suplementos na dieta só é necessário e recomendado com acompanhamento médico.

Adaptado de: <https://super.abril.com.br/saude/como-garantir-a-dose-necessaria-de-vitamina-d-sem-suplementos/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

25

Assinale a alternativa que analisa corretamente os elementos destacados nos excertos a seguir.

- (A) “Protetor solar [...] não atrapalha tanto assim a produção desse nutriente, segundo estudos mais recentes.” (Trata-se de um numeral ordinal, com a função de ordenar as informações no texto).
- (B) “Muitas pessoas acabam optando pela suplementação [...]” (Apresenta o mesmo sentido que em “Ele acabou de escrever o livro”).
- (C) “Porém, mesmo nesse país tropical, às vezes falta sol.” (Trata-se de uma locução adverbial, com o mesmo sentido que “ordinariamente”).
- (D) “Dá pra encontrar um pouco também em gema de ovo, queijo e fígado bovino.” (Apresenta o mesmo sentido que em “Em todos os aniversários, ele dá pra sua esposa um presente”).
- (E) Em “[...] incluir suplementos na dieta só é necessário e recomendado com acompanhamento médico.” (Trata-se de uma palavra que denota exclusão, com o mesmo sentido que “unicamente”).

26

Assinale a alternativa em que o termo destacado introduz um agente da passiva.

- (A) “[...] bastam de 10 a 20 minutinhos de sol, três vezes por semana [...]”.
- (B) “A maneira mais fácil é a mais conhecida: pelo sol.”
- (C) “Muitas pessoas acabam optando pela suplementação [...]”.
- (D) “[...] esses raios passam por um caminho mais longo e são bloqueados pelo ozônio.”.
- (E) “Não só: essa molécula desempenha papéis importantes pelo corpo [...]”.

27

Sobre o emprego dos sinais de pontuação no Texto 2, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] (esses dados podem ser obtidos por exames de sangue simples).”, os parênteses isolam uma informação essencial no texto.
- (B) Em “Já pelas mais escuras precisam de um tempinho maior: até cinco vezes mais.”, os dois pontos introduzem um aposto explicativo.
- (C) Em “A boa notícia?”, o ponto de interrogação é utilizado para sinalizar uma pergunta em um diálogo entre personagens no texto.
- (D) Em “[...] peixes gordurosos – tipo truta, atum, salmão e cavala – [...]” os travessões isolam uma oração adjetiva explicativa.
- (E) Em “Como garantir a dose necessária de vitamina D – sem suplementos”, o travessão não pode ser omitido sem que isso prejudique a estrutura sintática do período.

28

Assinale a alternativa em que a segunda oração estabelece com a primeira uma relação sintático-semântica de finalidade.

- (A) “Muitas pessoas acabam optando pela suplementação para resolver a carência de vitamina D.”
- (B) “[...] isso pode ser um problema, já que níveis acima de 100 ng/mL podem indicar risco de toxicidade [...]”.
- (C) “Esse problema é recorrente em países do hemisfério norte, que lidam com invernos intensos [...]”.
- (D) “A carência dessa molécula é um problema global. Mas o excesso também traz riscos.”
- (E) “[...] tudo tem um limite: muita vitamina D pode causar náusea [...]”.

29

Assinale a alternativa que fornece uma reescrita gramatical e semanticamente adequada para o excerto “Protetor solar, ao contrário do que se pensava, não atrapalha tanto assim a produção desse nutriente [...]”.

- (A) Protetor solar, contrariamente à que se pensava, não atrapalha tanto assim a produção desse nutriente.
- (B) Protetor solar, consoante ao que se pensava, não atrapalha tanto assim a produção desse nutriente.
- (C) Protetor solar, ao contrário do que pensava-se, não atrapalha tanto assim a produção desse nutriente.
- (D) Protetor solar, ao contrário do que os pesquisadores pensavam, não atrapalha tanto assim a produção desse nutriente.
- (E) Protetor solar, ao contrário do que se pensava, não atrapalha sobremaneira a produção desse nutriente.

30

Assinale a alternativa que analisa corretamente o excerto “Os dois, porém, podem causar câncer de pele. Para quem tem pele clara, bastam de 10 a 20 minutinhos de sol [...]”.

- (A) Em “minutinhos”, o sufixo formador de diminutivo “-inh” veicula um sentido de dimensão.
- (B) A expressão “bastam de” pode ser substituída por “é suficiente” sem que isso gere problemas gramaticais ao excerto.
- (C) Como o termo “quem” é indefinido quanto ao número, é possível trocar “tem” (singular) por “têm” (plural) mantendo a correção gramatical do excerto.
- (D) A locução verbal “podem causar” pode ser substituída por “causam” sem que isso gere problemas sintáticos ao período.
- (E) A sequência “bastam de 10 a 20 minutinhos” pode ser reescrita como “bastam tomar de 10 a 20 minutinhos” sem que isso gere prejuízo sintático ou semântico ao excerto.

Conhecimentos Específicos

31

Uma nova região metropolitana, incluindo nove municípios, foi criada por lei estadual. Porém dois desses municípios ainda não participam da governança metropolitana. Pouco tempo depois da criação, o Estado recebeu proposta de um consórcio privado para assumir, com exclusividade, o saneamento básico de toda a região, abrangendo planejamento, gestão e execução, sem participação direta dos municípios. De acordo com o Estatuto da MetrÓpole (Lei nº 13.089/2015) considerando o caso narrado, é correto afirmar que

- (A) a gestão plena só se consolida com a instituição formal da governança metropolitana, incluindo instância executiva, instância colegiada deliberativa com participação da sociedade civil, órgão público-técnico consultivo e sistema integrado de recursos e prestação de contas.
- (B) a delegação ao consórcio privado é válida com autorização apenas do Estado, já que as funções públicas de interesse comum são prioritariamente estaduais.
- (C) a ausência de participação dos municípios não impede a governança, pois o Estado pode deliberar unilateralmente sobre funções públicas de interesse comum em caso de urgência.
- (D) o Estado pode definir a estruturação do saneamento via convênio com o consórcio privado, dispensando a instância colegiada deliberativa, pois a legislação federal de saneamento prevalece.
- (E) os municípios ausentes da governança podem vetar decisões estaduais sobre funções públicas de interesse comum até integrarem formalmente os processos decisórios.

32

De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), qual é o principal objetivo da política urbana no Brasil?

- (A) Promover a expansão horizontal das cidades, com foco na ampliação das áreas periféricas.
- (B) Garantir a ocupação prioritária de imóveis públicos por empreendimentos privados de interesse coletivo.
- (C) Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, assegurando o bem-estar e o equilíbrio ambiental.
- (D) Concentrar os investimentos públicos em infraestrutura apenas nas áreas de maior valorização imobiliária.
- (E) Priorizar a criação de zonas exclusivamente industriais como mecanismo de geração de emprego urbano.

33

No contexto da gestão da informação com uso do BIM, conforme as NBR ISO 19650-1 e 19650-2, a estrutura hierárquica dos requisitos e a relação entre os modelos são essenciais para garantir rastreabilidade e consistência ao longo do ciclo de vida de um ativo. A respeito do tema, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Os Requisitos de Informação Organizacional (OIR) e os Requisitos de Informação do Projeto (PIR) são requisitos das partes interessadas e devem obrigatoriamente ser detalhados pela contratada após a assinatura do contrato.
- II. Os Requisitos de Informação do Ativo (AIR) e os Requisitos de Troca de Informação (EIR) têm caráter contratual e definem as informações necessárias para as demandas operacionais da organização.
- III. O Plano de Execução BIM (BEP) Pós-contratual deve consolidar o Plano de Entrega de Informações (MIDP) elaborado pela contratada, incluindo os Planos de Entrega de Tarefas (TIDP) das subcontratadas.
- IV. A produção colaborativa da informação deve ocorrer preferencialmente em um Ambiente Comum de Dados (CDE), com estados como: “Em Andamento”, “Compartilhado”, “Publicado” e “Arquivado”.

- (A) Apenas III e IV.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) Apenas II e III.

34

Durante a elaboração de seu Plano de Mobilidade Urbana, um município com cerca de 100 mil habitantes, integrante de uma aglomeração com mais de 1 milhão, identificou três problemas principais:

1. falta de integração física e tarifária entre modais locais e intermunicipais;
2. ausência de políticas para modos não motorizados;
3. risco de desequilíbrio econômico-financeiro no transporte coletivo.

De acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), assinale a alternativa que apresenta a ação correta que esse município pode adotar.

- (A) Priorizar investimentos no transporte individual motorizado por decisão administrativa, para atender à demanda por deslocamentos individuais.
- (B) Instituir contribuição financeira obrigatória aos ciclistas para custear a infraestrutura cicloviária, via decreto municipal.
- (C) Isentar operadores de transporte coletivo da obrigação de prestar informações financeiras, via contrato de concessão.
- (D) Restringir a circulação de veículos particulares por lei local, criando limitações de acesso como instrumento de gestão da mobilidade.
- (E) Cobrir o déficit tarifário do transporte coletivo apenas com aumento das tarifas públicas, conforme previsão da lei.

35

De acordo com a Lei nº 13.465/2017, durante o processo de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a identificação dos ocupantes deve ocorrer por meio de levantamento físico, social e jurídico, incluindo a caracterização das unidades imobiliárias, das vias e dos espaços públicos existentes. Caso não seja possível a identificação individualizada dos ocupantes durante o processo, como a titulação pode ser viabilizada, conforme a lei?

- (A) Mediante termo de autodeclaração dos interessados, com presunção absoluta de veracidade, dispensando outros registros.
- (B) A partir de cadastro técnico municipal de imóveis regulares, com base em informações já existentes na prefeitura.
- (C) Com fundamento no cadastro físico e territorial realizado pelo Município, acompanhado de procedimento posterior de reconhecimento dos beneficiários.
- (D) Por meio de levantamento socioeconômico por amostragem, elaborado por órgão competente, com validação posterior.
- (E) Mediante declaração formal dos beneficiários, registrada em cartório e previamente validada por autoridade judicial.

36

Segundo a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, o que se entende por acessibilidade?

- (A) A criação de vias e espaços públicos destinados exclusivamente ao uso de pessoas com deficiência, garantindo sua circulação isolada das demais pessoas.
- (B) A utilização de espaços urbanos, edificações, transportes e sistemas de comunicação, desde que com o acompanhamento de um atendente pessoal.
- (C) A necessidade de instalação de mobiliário urbano específico para pessoas com deficiência em todas as áreas públicas.
- (D) A possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes e sistemas e meios de comunicação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (E) A implantação de rotas de acesso em edifícios públicos, ficando a critério do responsável a adoção de medidas semelhantes em espaços privados de uso coletivo.

37

Uma indústria com alto consumo de energia elétrica decidiu implementar um Sistema de Gestão de Energia (SGEn) conforme a NBR ISO 50001. Ao definir o escopo, optou por incluir apenas uma unidade produtiva localizada em outra cidade, excluindo os escritórios administrativos e outras plantas. De acordo com a norma, o procedimento que a organização deve adotar para garantir um escopo válido e o monitoramento eficaz do desempenho energético é

- (A) definir indicadores apenas para a unidade produtiva, sem necessidade de documentar fronteiras físicas ou exclusões.
- (B) estabelecer e documentar o escopo e os limites físicos, locais e organizacionais, descrevendo claramente as atividades e instalações abrangidas.
- (C) realizar auditorias internas também nas unidades excluídas, para validar os dados energéticos da organização como um todo.
- (D) monitorar continuamente o consumo de energia em todas as unidades, mesmo daquelas que estão fora do escopo.
- (E) vincular objetivos e metas energéticas ao desempenho financeiro global, incluindo setores que estão fora do escopo.

38

Considerando as definições e orientações ABNT NBR 6492:2021 – Representação Gráfica de Projetos de Arquitetura sobre os tipos de linha utilizados na representação gráfica de projetos de arquitetura –, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A linha de tipo traço e dois pontos estreita deve ser utilizada para representar elementos situados acima do plano de corte, bem como linhas indicativas de projeção de cobertura e projeção de elementos subterrâneos.
- (B) A linha de tipo cheia larga é destinada à representação de elementos cortados pelo plano de corte, como paredes e pilares, garantindo a leitura clara da estrutura principal da edificação.
- (C) A linha de tipo cheia fina deve ser utilizada na representação de elementos projetados, tais como vistas em planta ou elevação, linhas de cota e linhas de chamada.
- (D) A linha de tipo traço estreita é recomendada para representar elementos invisíveis ou ocultos, que estejam atrás de outros elementos visíveis nas vistas.
- (E) A linha de tipo traço e ponto estreita pode ser empregada na indicação de eixos estruturais, linhas de simetria e elementos situados acima do plano de corte.

39

A outorga de direito de uso de recursos hídricos, prevista na Política Nacional de Recursos Hídricos, não implica a alienação parcial das águas, mas apenas o simples direito de uso. Contudo, a manutenção dessa outorga está vinculada ao cumprimento de uma série de requisitos e pode ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, em diferentes circunstâncias. Um dos motivos para que a outorga seja suspensa é

- (A) pelo esgotamento da bacia hidrográfica, independentemente de previsão nos Planos de Recursos Hídricos ou de comprovação de degradação ambiental.
- (B) pelo não cumprimento por parte do outorgado das condições estabelecidas na outorga, ou a ausência de uso por três anos consecutivos, conforme definido na lei, mesmo que não haja prejuízo ambiental direto identificado.
- (C) pela implementação de novos empreendimentos econômicos na região, independentemente de análise de impactos cumulativos ou necessidade de água.
- (D) pela alteração das prioridades de uso, ainda que não formalizadas em Planos de Recursos Hídricos, desde que por decisão discricionária da autoridade pública local.
- (E) pelo surgimento de qualquer nova demanda de usuários individuais, desde que não haja conflito com os demais usos já existentes.

40

De acordo com a Lei nº 6.766/1979, que trata do Parcelamento do Solo Urbano, assinale a alternativa que apresenta uma combinação correta de conceitos sobre loteamento, desmembramento, área mínima de lote, infraestrutura básica e regras para loteamentos de interesse social.

- (A) Loteamento é a subdivisão com abertura de novas vias; desmembramento é a subdivisão com aproveitamento do sistema viário existente; a área mínima de 200 m² pode ser reduzida em casos de interesse social; considera-se lote aquele com infraestrutura básica completa; e, nos loteamentos de interesse social, a infraestrutura pode ser reduzida, mas não a apenas dois itens.
- (B) Loteamento é a subdivisão sem necessidade de novas vias; desmembramento implica abertura de novas vias; a área mínima de 200 m² é obrigatória em qualquer caso; considera-se lote qualquer terreno registrado; e a infraestrutura básica pode ser reduzida a dois itens.
- (C) Loteamento e desmembramento possuem o mesmo conceito legal; a área mínima de lote é sempre 200 m² sem exceções; infraestrutura básica é opcional; e loteamentos de interesse social não possuem exigências mínimas de infraestrutura.
- (D) Loteamento é qualquer divisão de solo urbano; desmembramento exige novo sistema viário; área mínima de lote pode ser inferior a 200 m² sem critérios legais; não há exigência de infraestrutura básica; e loteamentos de interesse social podem dispensar iluminação pública.
- (E) Todos os lotes devem ter no mínimo 200 m²; loteamento e desmembramento são procedimentos equivalentes; a infraestrutura mínima é exigida apenas nas capitais estaduais; e os loteamentos de interesse social são isentos de qualquer exigência de infraestrutura.

41

Durante o retrofit de um edifício multifamiliar para obtenção de certificação de sustentabilidade, a equipe técnica identificou que os ramais de gás, embutidos em drywall, apresentavam riscos de corrosão por contato com materiais inadequados e estavam subdimensionados para a nova demanda térmica. Considerando as diretrizes da ABNT NBR 15526, é correto afirmar que uma solução segura e ambientalmente responsável para esse caso é

- (A) manter os tubos em drywall, reforçando com pintura anticorrosiva, pois a norma permite contato com materiais porosos desde que vedados.
- (B) substituir por tubos de aço-carbono classe leve, com acoplamento por compressão, para reduzir resíduos de solda.
- (C) redesenhar com tubos de cobre flexível, instalados de forma aparente, com suportes e afastamentos mínimos adequados.
- (D) manter a rede atual, recalibrando a pressão no regulador e ajustando o fator de simultaneidade, trocando os aparelhos por modelos de menor potência.
- (E) embutir novas tubulações de polietileno (PE) nas paredes, protegidas apenas por revestimento cerâmico, como compensação ambiental prevista na norma.

42

O Ministério Público recebeu denúncia questionando cláusulas de um edital de obra pública estadual, parcialmente financiada por organismo internacional. Entre os problemas apontados, estão:

- critérios de julgamento baseados apenas em normas técnicas estrangeiras, sem referência aos padrões nacionais;
- ausência de parecer jurídico prévio sobre a adoção dessas normas;
- exigências que limitam a participação de empresas locais em favor de fornecedores já cadastrados pelo organismo internacional;
- restrição ao regime de “contratação integrada”, sem análise técnica prévia.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, a respeito de contratações com financiamento internacional, é correto afirmar que

- (A) o ente público pode adotar livremente regras estrangeiras, dispensando parecer jurídico, desde que o contrato de empréstimo tenha aprovação do congresso.
- (B) é admissível adotar condições do financiador, mesmo que restrinjam a competitividade local, desde que previstas no contrato de empréstimo, compatíveis com a constituição e com parecer jurídico favorável prévio.
- (C) a exigência de “contratação integrada” só seria válida com projeto básico elaborado, sendo vedado o uso de anteprojeto nesses casos.
- (D) a ausência de parecer jurídico não compromete a regularidade da licitação, se o edital indicar que as exigências vêm do contrato internacional.
- (E) normas estrangeiras só poderiam ser usadas se a modalidade fosse diálogo competitivo, por se tratar de contratação inovadora.

43

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), instituído pela Lei nº 14.620/2023, integra planejamento urbano, gestão territorial e desenvolvimento social, articulando-se com políticas de infraestrutura, mobilidade, meio ambiente e inovação tecnológica. Considerando suas diretrizes e objetivos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Programa admite como linha de atendimento a provisão de unidades novas, requalificadas ou retrofitadas, sendo estas as resultantes da recuperação total ou parcial de imóveis ou edifícios tombados, degradados, não utilizados ou subutilizados, excluindo reformas isoladas.
- (B) A lei estimula a requalificação e retrofit de prédios degradados, não utilizados e subutilizados, com prioridade para os de pequeno porte, definidos como aqueles com até 200 unidades habitacionais.
- (C) A concepção de habitação deve considerar de forma integrada as dimensões física, urbanística, fundiária, econômica, social, cultural, energética e ambiental do espaço onde a vida acontece.
- (D) No cálculo da renda bruta familiar, a lei determina incluir benefícios temporários de natureza indenizatória, assistencial ou previdenciária, como auxílio-doença, benefício de prestação continuada (BPC) e Bolsa Família, visando maior controle na concessão.
- (E) O Programa prevê o fomento à criação de mercados de locação social em áreas urbanas, ampliando as formas de acesso à moradia para a população de baixa renda.

44

Com a promulgação da Lei nº 14.026/2020, que atualizou o Marco Legal do Saneamento Básico, a adoção das Normas de Referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) tornou-se condição para acesso a recursos federais. No entanto, a lei prevê exceções em casos específicos. Considerando essas regras, assinale a alternativa correta.

- (A) Municípios em regiões metropolitanas ficam automaticamente isentos da adoção das normas da ANA se já tinham entidade reguladora própria antes da lei.
- (B) A exigência de adoção das normas da ANA como condição para recursos federais vale para todos os entes da federação, inclusive órgãos de regulação ambiental, salvo em áreas rurais, comunidades tradicionais ou terras indígenas.
- (C) Entidades reguladoras devem comprovar periodicamente a adoção das normas da ANA para manter o acesso a recursos federais, mesmo para contratos anteriores à lei, com exceção dos firmados antes da promulgação.
- (D) Prestadores de serviços com contratos anteriores à lei estão sujeitos às normas da ANA como condição para novos financiamentos, salvo se o serviço for de interesse exclusivamente local e sem compartilhamento de infraestrutura.
- (E) A exigência de adoção das normas da ANA só se aplica a novos contratos de financiamento, sendo garantida a liberação de recursos prevista em contratos antigos, mesmo que a reguladora local não adote as normas.

45

Um profissional arquiteto e urbanista, regularmente registrado no CAU, foi autuado por deixar de efetuar o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) em uma obra cuja atividade é de competência privativa da Arquitetura e Urbanismo. Após o devido processo administrativo, o CAU decidiu aplicar uma penalidade.

De acordo com a Lei nº 12.378/2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo, entre outras providências, assinale a alternativa que apresenta uma sanção disciplinar que pode ser aplicada nesse caso.

- (A) Suspensão do exercício profissional por período entre 30 dias e 1 ano.
- (B) Proibição definitiva de atuação em projetos de edificação.
- (C) Multa de 300% sobre o valor da taxa de RRT, sem aplicação de outras penalidades.
- (D) Exclusão automática do registro profissional sem necessidade de processo disciplinar.
- (E) Cassação de diploma, com comunicação ao Ministério da Educação.

46

Uma prefeitura está avaliando a implantação de diferentes áreas de estacionamento e de segurança previstas na Resolução CONTRAN nº 965/2022. Durante a análise, surgiu uma dúvida sobre a regulamentação das áreas de segurança em vias públicas. Considerando o texto da resolução, é correto afirmar que

- (A) a definição das áreas de segurança pode ser feita por qualquer órgão executivo de trânsito, sem necessidade de solicitação formal das autoridades de segurança pública.
- (B) a sinalização dessas áreas é facultativa, podendo ser substituída por barreiras físicas ou marcos visuais, conforme decisão do órgão local de trânsito.
- (C) as áreas de segurança podem ser utilizadas como estacionamento para veículos oficiais, desde que haja autorização prévia da autoridade de trânsito competente.
- (D) a criação dessas áreas depende de solicitação formal das autoridades máximas locais vinculadas à segurança pública, e sua sinalização deve incluir obrigatoriamente o sinal "Proibido Parar e Estacionar".
- (E) as áreas de segurança só podem ser implantadas em vias de acesso restrito, como áreas militares, estando vedada sua aplicação em vias públicas de uso geral.

47

A relação entre a produção agropecuária e a proteção ambiental é um dos principais desafios abordados pelo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que estabelece limites para o uso da vegetação nativa em imóveis rurais e define instrumentos como a Área de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal. Considerando os conceitos legais e as finalidades dessas áreas, assinale a alternativa que está de acordo com o que é estabelecido pelo Código Florestal (Lei nº 12651/2012).

- (A) A Reserva Legal é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- (B) O uso alternativo do solo refere-se à prática de interromper temporariamente as atividades agropecuárias por no máximo cinco anos, em até 25% da área produtiva da propriedade, com o objetivo de recuperar a capacidade de uso ou a estrutura física do solo.
- (C) Pequena propriedade ou posse rural familiar é toda área rural com extensão inferior a quatro módulos fiscais, independentemente de ser explorada com trabalho pessoal ou de terceiros, com ou sem vínculo com agricultura familiar.
- (D) APP é toda aquela localizada no interior de um imóvel rural, com a função de assegurar o uso econômico sustentável dos recursos naturais, promover a conservação da biodiversidade e auxiliar a reabilitação de processos ecológicos.
- (E) O manejo sustentável permite a administração da vegetação natural visando benefícios econômicos, sociais e ambientais, desde que sejam respeitados os mecanismos de sustentação do ecossistema, com possibilidade de utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, além de outros bens e serviços.

48

Uma equipe técnica propôs as seguintes intervenções em um edifício histórico situado em um Centro Histórico protegido:

- Ação A: limpeza profunda, com remoção total das pátinas para uniformizar o aspecto visual;
- Ação B: substituição de trechos de alvenaria estrutural com material idêntico e acabamento indistinguível do original;
- Ação C: abertura de novas portas no térreo para garantir acessibilidade universal, devido à nova função como galeria cultural;
- Ação D: instalação de sistema de climatização com discretas alterações nas aberturas de ventilação e registro visível da data da intervenção.

Com base na Carta do Restauro (1972), a respeito das propostas de intervenção apresentadas, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A remoção completa das pátinas é vedada, pois compromete valores históricos, estéticos e técnicos.
- () A substituição de elementos estruturais com acabamento idêntico é permitida, mesmo sem distinção visual entre novo e original.
- () A abertura de novas portas pode ser admitida se for tecnicamente justificada e de mínima interferência nas características tipológicas e estruturais.
- () Alterações ambientais internas, como climatização, são aceitas se forem discretas, reversíveis e devidamente registradas com data visível.

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) V – F – V – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – V – V – V.

49

A respeito da Carta de Atenas, documento elaborado no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM IV) em 1933 e publicado em 1942 por Le Corbusier e outros grandes nomes da arquitetura e urbanismo do início do século XX, assinale a alternativa correta.

- (A) A Carta de Atenas estabeleceu cinco funções principais para o urbanismo: habitar, trabalhar, circular, recrear-se e consumir.
- (B) O documento defende que a conservação de edifícios históricos deve prevalecer sobre a preocupação com salubridade ou qualidade habitacional.
- (C) Entre os princípios da Carta está a separação funcional da cidade em zonas destinadas a habitar, trabalhar, circular e recrear-se.
- (D) A Carta de Atenas propôs como solução prioritária a manutenção da morfologia urbana pré-existente, preservando o tecido histórico.
- (E) A Carta de Atenas teve como foco principal a conservação de estilos arquitetônicos históricos, reforçando a reprodução de linguagens formais do passado.

50

A ABNT NBR 15575 define que o desempenho de uma edificação habitacional resulta de um conjunto de requisitos técnicos relacionados às exigências do usuário, vida útil dos sistemas e procedimentos adequados de avaliação. Considerando a relação entre esses conceitos, assinale a alternativa que NÃO está de acordo com a referida norma.

- (A) O desempenho é o comportamento em uso da edificação e de seus sistemas, influenciado por materiais, processos construtivos, condições de exposição e manutenção.
- (B) A Vida Útil de Projeto (VUP) corresponde ao tempo estimado para o qual o sistema é projetado, considerando as normas aplicáveis e o cumprimento das manutenções.
- (C) As exigências do usuário abrangem segurança, habitabilidade e sustentabilidade, baseando a definição de requisitos e critérios de desempenho.
- (D) A verificação de desempenho deve considerar as condições ambientais vigentes na época da execução, como clima e características do entorno.
- (E) O desempenho de sistemas já usados em outras obras pode ser considerado adequado apenas por existirem normas prescritivas para os produtos, sem necessidade de avaliação específica.

51

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

No processo de elaboração de um projeto de climatização para uma edificação de uso coletivo, a definição das condições termo-higrométricas internas deve considerar, dentre outros aspectos, a temperatura operativa e a umidade relativa. No caso de sistemas destinados ao conforto ambiental, esses parâmetros devem ser estabelecidos dentro da faixa de conforto estipulada _____, enquanto que, para ambientes com exigências especiais, a temperatura de bulbo seco e a umidade relativa de projeto devem ser definidas _____.

- (A) pelas recomendações do fabricante / com base nos níveis de ruído admitidos na vizinhança
- (B) na etapa de instalação da unidade / de forma que o nível de pressão interna se iguale ao ambiente externo
- (C) pelo projetista de acústica / exclusivamente para a zona térmica de menor carga sensível
- (D) na faixa de conforto especificada para o uso humano / pelo contratante com indicação da faixa de tolerância admissível
- (E) por avaliação empírica durante os ensaios de desempenho / conforme a capacidade nominal da unidade condensadora

52

Em um município gaúcho de pequeno porte, um centro cultural para 120 pessoas será inaugurado após reforma, mas ainda sem o Auto de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCL). A prefeitura autorizou o evento inaugural com base em análise de sua equipe técnica, sem vistoria prévia do Corpo de Bombeiros Militar do RS (CBMRS). Os organizadores divulgaram apenas a capacidade máxima de público, mas não expuseram o alvará de funcionamento no local.

Com base na Lei Federal nº 13.425/2017 e na Lei Complementar Estadual nº 14.376/2013 (RS), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A autorização sem vistoria prévia do CBMRS fere a lei estadual, que exige o APPCL para eventos com mais de 100 pessoas, sem exceção para eventos culturais.
- II. A conduta da prefeitura fere a Lei Federal nº 13.425/2017, que só permite atuação municipal com convênio formal com o CBMRS.
- III. A ausência do alvará exposto é infração administrativa, conforme exigência federal de que ele esteja em local acessível ao público.
- IV. A divulgação apenas da capacidade máxima atende parcialmente a lei, que exige ambas as informações (alvará e capacidade) visíveis ao público.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II, III e IV.
(C) Apenas II e IV.
(D) Apenas I, II e III.
(E) Apenas IV.

53

O licenciamento ambiental é composto por diferentes modalidades de licença, cada uma com objetivos específicos nas fases de planejamento, instalação e operação de empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras. De acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997, a respeito da Licença Prévia (LP), é correto afirmar que

- (A) é concedida na fase preliminar, aprova a localização e a concepção, atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes para as próximas fases.
- (B) autoriza a instalação do empreendimento, conforme planos, programas e projetos aprovados, incluindo medidas de controle ambiental.
- (C) permite a operação da atividade, após verificação do cumprimento das exigências estabelecidas nas fases anteriores, com definição das medidas de controle.
- (D) se trata de um documento de caráter técnico utilizado como referência para o detalhamento das etapas posteriores, mas que não constitui uma licença ambiental prevista na Resolução.
- (E) é um instrumento provisório que autoriza a supressão de vegetação e o início das obras antes da análise completa dos estudos de impacto ambiental.

54

De acordo com a ABNT NBR 9050:2020, assinale a alternativa correta a respeito da circulação vertical acessível em edificações de uso coletivo.

- (A) As rampas devem ter inclinação máxima de 8,33% para qualquer desnível, independentemente da altura.
- (B) Todas as rampas, em qualquer situação, devem possuir corrimãos duplos com altura superior entre 0,92 m e 1,02 m.
- (C) A norma permite o uso de elevadores unifamiliares como solução de circulação vertical acessível em edifícios de uso coletivo.
- (D) As rampas podem dispensar piso tátil de alerta, mesmo quando fazem parte da rota acessível.
- (E) As escadas acessíveis não precisam de sinalização tátil, desde que possuam altura uniforme dos degraus.

55

Uma prefeitura está elaborando seu primeiro Plano Habitacional de Interesse Social para atender à população de menor renda. Para receber recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e aderir ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o município deve cumprir algumas condições institucionais e operacionais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses requisitos, conforme a Lei nº 11.124/2005.

- (A) Apresentar um plano com foco prioritário na construção de novas unidades habitacionais, sem a necessidade de contemplar regularização fundiária ou melhorias habitacionais.
- (B) Implantar um conselho gestor de habitação formado por representantes do Poder Executivo municipal, sem exigência de participação da sociedade civil.
- (C) Garantir que as unidades habitacionais produzidas tenham área construída mínima de 60 m² e estejam fora de áreas urbanas consolidadas.
- (D) Comprovar a execução prévia de pelo menos dois projetos habitacionais financiados com recursos próprios municipais.
- (E) Instituir um fundo com dotação orçamentária própria, elaborar o Plano Habitacional de Interesse Social, constituir um conselho com participação de entidades públicas e privadas e apresentar termo de adesão ao SNHIS.

56

De acordo com a Lei Estadual nº 10.116/1994, que institui a Lei do Desenvolvimento Urbano no Rio Grande do Sul, o repasse de recursos públicos e a execução de obras estaduais em municípios só podem ocorrer mediante comprovação de uma condição específica relacionada ao planejamento urbano local. Nesse sentido, é correto afirmar que, para cumprir essa exigência,

- (A) os municípios devem comprovar a existência de sistema de planejamento, com aprovação legislativa do plano diretor ou diretrizes gerais e do programa prioritário de obras.
- (B) os municípios precisam ter adotado medidas de contenção da expansão urbana com base em índices de densidade definidos pelo Estado.
- (C) as áreas de expansão urbana devem estar previamente equipadas com todos os equipamentos urbanos e comunitários.
- (D) as atividades urbanísticas municipais devem ser previamente autorizadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano.
- (E) o município deve ter elaborado a Planta Genérica de Valores para todos os imóveis urbanos.

57

A respeito do desempenho, da vida útil e da prevenção de manifestações patológicas em edificações habitacionais, segundo a ABNT NBR 15.575, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **A definição da Vida Útil de Projeto (VUP) é responsabilidade exclusiva do arquiteto, que determina os valores teóricos para cada sistema, independentemente de outros profissionais.**
- II. **A norma adota abordagem focada no comportamento em uso dos sistemas, estabelecendo requisitos qualitativos, critérios quantitativos e formas de avaliação, sem prescrever métodos construtivos.**
- III. **Os custos de manutenção, operação e reformas podem superar o custo inicial ao longo da vida útil do imóvel, sendo o Custo Global e o Custo de Ciclo de Vida (CCV) orientados também por fatores ambientais e sociais.**
- IV. **O projeto de arquitetura deve detalhar os sistemas construtivos, considerando o uso previsto, mas não é responsável por indicar ensaios e simulações.**

- (A) Apenas II e IV.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) Apenas I e III.

58

Um município gaúcho está enfrentando problemas recorrentes de deslizamentos de encostas, agravados por ocupações irregulares em áreas de alto risco geológico. Após vistoria, foi determinada a remoção urgente de 40 famílias residentes em uma dessas áreas. Durante a definição das medidas, surgiu dúvida sobre a responsabilidade legal pela evacuação, abrigamento emergencial e sistema de alerta.

Considerando as competências definidas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) e especialmente as obrigações impostas aos municípios e ao empreendedor em caso de risco induzido por empreendimento privado, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas a seguir e assinale a alternativa correta.

A evacuação da população e o abrigamento emergencial devem ser providenciados prioritariamente pelo(a) _____, cabendo ao empreendedor, se comprovada a responsabilidade pelo risco, garantir o(a) _____ e o(a) _____, conforme previsto na referida lei.

- (A) Município / monitoramento em tempo real / execução das obras de contenção
- (B) Município / alerta antecipado à população / recuperação da área degradada
- (C) Estado / elaboração do plano de contingência / reassentamento definitivo das famílias
- (D) União / repasse financeiro / atendimento psicossocial especializado
- (E) Município / avaliação de danos / reassentamento das famílias em local seguro

59

Uma prefeitura de pequeno porte no Rio Grande do Sul recebeu pedido de licenciamento ambiental para um empreendimento industrial de impacto local e porte médio, segundo a Resolução CONSEMA nº 372/2018. Na análise preliminar, a equipe técnica verificou, nos Anexos da Resolução, que a tipologia não consta da lista de atividades passíveis de licenciamento municipal. Considerando os limites de competência definidos pelos empreendimentos e atividades licenciáveis, a decisão tecnicamente adequada é

- (A) prosseguir com o licenciamento, já que o porte médio autoriza a competência municipal, conforme o art. 6º da referida resolução.
- (B) realizar consulta pública obrigatória, pois empreendimentos industriais de porte médio exigem esse procedimento, conforme art. 10º da referida resolução.
- (C) solicitar EIA/RIMA, visto que empreendimentos industriais de porte médio exigem este estudo, segundo o art. 8º da referida resolução.
- (D) prosseguir com o licenciamento, condicionado à anuência prévia da FEPAM, pois a ausência nos Anexos exige coanálise estadual, conforme o art. 7º da referida resolução.
- (E) encaminhar o pedido para decisão da FEPAM, pois empreendimentos de porte médio só podem ser licenciados pelo município se estiverem listados nos Anexos da Resolução.

60

Uma edificação construída nos anos 1990, inicialmente industrial, passou a abrigar uma instituição de ensino e, depois, um centro comercial. Em inspeção recente, foram identificadas diversas manifestações patológicas, falhas por falta de manutenção e reformas sem atualização de projetos. O plano de manutenção existente era genérico, sem considerar os sistemas construtivos e as condições ambientais do prédio. Considerando as normas aplicáveis, a ação mais alinhada com as diretrizes para avaliação do estado de manutenção e uso da edificação é

- (A) realizar a análise com base nas condições observadas durante a inspeção *in loco*, deixando a verificação documental como etapa opcional.
- (B) classificar as irregularidades como anomalias funcionais, já que a edificação superou sua vida útil de projeto.
- (C) priorizar a avaliação da segurança estrutural, postergando a análise de requisitos relacionados à habitabilidade e sustentabilidade.
- (D) avaliar se o plano de manutenção é adequado à idade dos sistemas, condições de uso e exposição, verificando também o cumprimento efetivo das ações previstas.
- (E) presumir a inexistência de falhas de operação por se tratar de um prédio com sistemas construtivos simples e não automatizados.

